

Potiguar Sul  
Transmissão de  
Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis  
Regulatórias 31 de dezembro  
de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do fluxo de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.  
Campinas - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstrações Financeiras**

A Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem qualificações, com data de 26 de abril de 2019.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



## **Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 30 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Rodrigues de Oliveira'.

Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.**  
 CNPJ 17.873.542/0001-71  
 Balanços Patrimoniais  
 Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>14.080</b>	<b>23.992</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.141	20.791
Concessionárias e permissionárias	6	1.946	2.429
Tributos compensáveis	7	777	772
Outros ativos circulantes		216	-
<b>Ativo Não Circulante</b>		<b>243.496</b>	<b>243.011</b>
Depósitos judiciais e cauções	11	8.589	6.728
Tributos compensáveis		369	369
Imobilizado		208.939	214.663
Intangível		25.599	21.251
<b>Total do Ativo</b>		<b><u>257.576</u></b>	<b><u>267.003</u></b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>37.002</b>	<b>27.552</b>
Fornecedores	9	13.053	10.432
Tributos a pagar	10	2.832	2.763
Dividendos declarados	12	20.964	14.230
Encargos setoriais		33	-
Outros passivos circulantes		120	127
<b>Passivo Não Circulante</b>		<b>10.673</b>	<b>6.771</b>
Provisão para litígios	11	10.379	6.627
Encargos setoriais		209	110
Outros Passivos não circulantes		85	34
<b>Total do Passivo</b>		<b><u>47.675</u></b>	<b><u>34.323</u></b>
Capital social	13	107.006	106.989
Reservas de capital		115.586	126.009
Reservas de lucros		37.223	16.705
Lucros ou prejuízos acumulados		(49.914)	(34.361)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	17.338
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>209.901</u></b>	<b><u>232.680</u></b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>		<b><u>257.576</u></b>	<b><u>267.003</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 17.873.542/0001-71  
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Operações em Continuidade</b>			
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>20.685</b>	<b>23.842</b>
Disponibilização do sistema de transmissão	14	20.685	23.842
<b>Tributos</b>		<b>(867)</b>	<b>(870)</b>
PIS		(154)	(155)
Cofins		(713)	(715)
<b>Encargos Parcela- A</b>		<b>(352)</b>	<b>(265)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(225)	(265)
Taxa de fiscalização		(127)	-
<b>Receita Líquida</b>		<b>19.466</b>	<b>22.707</b>
<b>Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis</b>		<b>19.466</b>	<b>22.707</b>
<b>Custos Gerenciáveis - Parcela "B"</b>	15	(9.905)	(8.479)
Material		(124)	(29)
Serviços de terceiros		(3.033)	(1.685)
Arrendamento e aluguéis		(55)	(10)
Provisões Líquida -PCLD		(116)	(25)
Tributos		(38)	(26)
Depreciação e amortização		(6.287)	(6.288)
Outras despesas operacionais		(252)	(416)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>9.561</b>	<b>14.228</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	16	<b>174</b>	<b>79</b>
Despesas financeiras		(959)	(931)
Receitas financeiras		1.133	1.010
<b>Lucro Antes dos Impostos Sobre o Lucro</b>		<b>9.735</b>	<b>14.307</b>
Despesa com impostos sobre o lucro		(1.094)	(1.054)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>8.641</b>	<b>13.253</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.



**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.**  
CNPJ 17.873.542/0001-71  
Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

---

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	8.641	13.253
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos</b>	<u>8.641</u>	<u>13.253</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A.**  
 CNPJ 17.873.542/0001-71  
 Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios  
 Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Capital</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Reserva de lucro a realizar</b>	<b>Reserva de retenção de lucros</b>	<b>Lucros (Prejuízos) Acumulados</b>	<b>Proposta de distribuição de dividendos adicionais</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>106.891</b>	<b>123.439</b>	<b>1.341</b>	<b>2.881</b>	<b>11.265</b>	<b>(23.282)</b>	<b>8.501</b>	<b>231.036</b>
Aumento de capital	98	2.570	-	-	-	-	-	2.668
Aprovação dos dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(8.501)	(8.501)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.255	-	13.255
Reserva legal	-	-	1.218	-	-	(1.218)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.778)	-	(5.778)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(17.338)	17.338	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2017</b>	<b>106.989</b>	<b>126.009</b>	<b>2.559</b>	<b>2.881</b>	<b>11.265</b>	<b>(34.361)</b>	<b>17.338</b>	<b>232.680</b>
Aumento de capital	17	1.668	-	-	-	-	-	1.685
Resgates de ações	-	(12.091)	-	-	-	-	-	(12.091)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	8.641	-	8.641
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.209	-	-	(1.209)	-	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	19.309	-	(19.309)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.676)	-	(3.676)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	--	(17.338)	(17.338)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>107.006</b>	<b>115.586</b>	<b>3.768</b>	<b>22.190</b>	<b>11.265</b>	<b>(49.914)</b>	<b>-</b>	<b>209.901</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**  
CNPJ 17.873.542/0001-71  
Demonstrações do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro 2018 e 2017  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	8.641	13.253
<b>Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>10.868</b>	<b>5.625</b>
Depreciação/amortização	6.287	6.288
Imposto de renda e contribuição social	1.094	-
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	116	25
Provisão para contingências cíveis	2.813	(953)
Atualização das provisões para contingências	939	666
Atualização de títulos e valores mobiliários	-	(640)
Outras provisões e atualizações de receitas e despesas	(381)	239
	<u>19.509</u>	<u>18.878</u>
<b>Redução (Aumento) de Ativos</b>		
Contas a receber de clientes	368	-
Impostos e contribuições a recuperar	52	-
Concessionários	-	256
Depósitos vinculados a litígios	-	796
Imposto de renda e contribuição social	-	(224)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(57)	369
Depósitos judiciais	(1.480)	-
Tributos compensáveis	-	3
Outros	(216)	-
	<u>(1.333)</u>	<u>1.200</u>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>		
Encargos setoriais	97	110
Fornecedores	2.621	-
Fornecedores demais	-	(11.480)
Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(592)	-
Impostos e contribuições a recolher	(433)	-
Tributos e contribuição social	-	(573)
Outros	80	(460)
	<u>1.773</u>	<u>(12.403)</u>
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	19.949	7.675
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(751)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<u>19.949</u>	<u>6.924</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Imobilizado	(4.913)	12.040
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	-	833
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<u>(4.913)</u>	<u>12.873</u>
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Ágio Emis. Ações-Subscrição Capital	-	2.570
Resgate de ações	(12.091)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(14.280)	(2.884)
Aumento de capital	1.685	98
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<u>(24.686)</u>	<u>(216)</u>
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(9.650)</u>	<u>19.581</u>
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No início do exercício	20.791	1.210
No fim do exercício	11.141	20.791
	<u>(9.650)</u>	<u>19.581</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, cujas atividades são exercidas pelo Conselho Nacional de Políticas Energéticas (CNPE), Ministério das Minas e Energia (MME) e Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). As atividades regulatórias e de fiscalização são exercidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as atividades de planejamento, operação e contabilização são exercidas por empresas públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O objetivo do MME é assegurar a eficiência na operação e prestação do serviço aos Consumidores, garantir a modicidade tarifária e criar um ambiente regulatório estável que estimule a concorrência, mostrando-se atrativo ao ingresso de novos investimentos privados no setor e que mantenha orientação para as funções de planejamento setorial de longo, médio e curto prazo. A atual estrutura de funcionamento do setor elétrico foi concebida sob um ideal de equilíbrio institucional entre Agentes de Governo, Agentes Públicos e Privados.

De acordo com o disposto nos contratos de concessão de transmissão, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. está autorizada a cobrar a Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essas tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

### 2. Contexto operacional e concessões

Constituída em 13 de agosto de 2013, a Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A. ("Companhia" ou "Potiguar Sul"), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da NC Energia S.A. e integrante do Grupo Neoenergia que tem por objeto social principal estudar, planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas de transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Em 10 de maio de 2013, a Companhia venceu o leilão ANEEL 001/2013 adquirindo o direito de construir e instalar duas entradas de linhas nas subestações Campina Grande III e Ceará-Mirim II e o segundo circuito da Linha de Transmissão em 500 kV que interliga estas Subestações. As instalações se localizam nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte e a linha possui cerca de 190 km de extensão. O prazo de concessão é de 30 anos e os investimentos realizados foram de R\$ 185.800.

A licença de operação foi emitida pelo IBAMA em 4 de novembro de 2016 e as instalações foram energizadas em 7 de novembro de 2016, passando a ter direito à remuneração a partir desta data.

## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

A Receita Anual Permitida (RAP), conforme Resolução Homologatória nº 2.408, de 26 de junho de 2018, é de R\$ 25.350 para o período 2018/2019. Para o período 2017/2018 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou uma RAP de R\$ 24.646 para a Companhia, excluído PIS/ COFINS referente aos respectivos períodos.

### 3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

#### 3.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias para fins regulatórios são separadas tomando por base as das demonstrações financeiras estatutárias societárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 19, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias em 25 de abril de 2019, as quais estão expressas em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário.

#### 3.2. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

#### 3.3. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 16 de estimativa de valor justo.

## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 4. Principais Práticas Contábeis

A ANEEL ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes ao CPC 47/IFRS 15 e ao CPC 48/IFRS 9. Portanto, a adoção antecipada dessas normas não é permitida para fins de Demonstração Contábil Regulatória.

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

#### a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

##### (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

#### Mensuração

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável.
- Investimentos mantidos até o vencimento: ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, estes ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

##### (i) Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, valores a devolver da Parcela A e outros itens financeiros, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos classificados a valor justo por meio do resultado.

## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### Mensuração

- Após reconhecimento inicial os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são itens objeto de *hedge*, classificado como passivos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, quando atendido o critério de efetividade de *hedge*.

- A Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

#### (ii) Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### b) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

### c) **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia possui como regime de apuração o lucro presumido sendo assim, foi estabelecido como base de cálculo tributável o saldo total do ativo contratual aplicando a alíquota de presunção.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

#### (i) **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre a receita operacional, aplicando alíquota de presunção. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **d) Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

### **e) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)**

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas.

As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos pela legislação fiscal em vigor.

### **f) Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

### **g) Demonstrações do valor adicionado**

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

### **h) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.



## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

### i) Encargos setoriais

#### a) Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

#### b) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

#### c) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

#### d) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

### j) Práticas contábeis específicas regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis Regulatórias são as mesmas adotadas nas Demonstrações Financeiras Societárias de 31 de dezembro de 2017, exceto quanto ao que se estabelece a seguir:

**Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**Imobilizado em curso:** Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

**Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

**Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## 5. Caixa e Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	(a)	66	21
Fundos de investimentos	(b)	11.075	20.770
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>11.141</b>	<b>20.791</b>

- a) Em 31 de dezembro de 2018, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- b) A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme segue:

<b>Carteira (Caixa e equivalentes de caixa)</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>BB Polo 28 FI Renda Fixa</b>		
BB TOP Curto Prazo	11.064	20.757
Compromissadas com Lastro de Títulos Públicos	11	14
<b>Total CEC - Fundos Exclusivos</b>	<b>11.075</b>	<b>20.770</b>

**6. Concessionárias e Permissionárias**

As contas a receber de e outros são apresentadas líquidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD", quando aplicável, e reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Títulos a receber	2.086	2.592
Terceiros	1.871	2.388
Partes relacionadas (nota 16)	215	204
Comercialização de energia na CCEE	-	(138)
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	(140)	(25)
<b>Total</b>	<b>1.946</b>	<b>2.429</b>

**VALORES CORRENTES**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>CORRENTE A VENCER</b>		<b>CORRENTE VENCIDA</b>				<b>Provisão/ Devedores Duvidosos</b>	<b>TOTAL 2018</b>	<b>TOTAL 2017</b>
	<b>Até 60 dias</b>	<b>Mais de 60 dias</b>	<b>Até 90 dias</b>	<b>De 91 a 180 dias</b>	<b>De 181 a 360 dias</b>	<b>Mais de 360 dias</b>			
<b>Fornecimento de Energia</b>									
Suprimento Energia - Moeda Nacional	2.584	-	(146)	(3)	(337)	(12)	(140)	1.946	2.429
<b>TOTAL</b>	<b>2.584</b>	<b>-</b>	<b>(146)</b>	<b>(3)</b>	<b>(337)</b>	<b>(12)</b>	<b>(140)</b>	<b>1.946</b>	<b>2.429</b>

**7. Tributos compensáveis**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto de renda - IR	101	95
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	8	12
Imposto sobre serviços - ISS	668	668
<b>Total</b>	<b>777</b>	<b>772</b>

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8. Imobilizado e Intangível**

A composição do imobilizado é como segue:

Intangível	Valor Líquido em 31/12/2017	Adições (A)	Baixa (B)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>								
Edificações, obras civis, e benfeitorias	-	28.453	-	28.453	-	(1.803)	26.650	-
Máquinas e equipamentos	<b>192.315</b>	-	-	192.315	-	(10.748)	181.567	186.941
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	(12)
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	<b>28.538</b>	-	(28.453)	85	-	(24)	60	27.637
<b>Subtotal</b>	<b>220.853</b>	<b>28.453</b>	<b>(28.453)</b>	<b>220.853</b>	-	<b>(12.575)</b>	<b>208.277</b>	<b>214.566</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>								
<b>Transmissão</b>								
Máquinas e equipamentos	97	564	-	661	-	-	661	97
<b>Subtotal</b>	97	564	-	661	-	-	661	97
<b>Total Ativo Imobilizado</b>	<b>220.950</b>	<b>29.017</b>	-	<b>221.514</b>	-	<b>(12.575)</b>	<b>208.939</b>	<b>214.663</b>

A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor bruto em 31/12/2017	Valor bruto em 31/12/2018	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>					
<b>Transmissão</b>					
Softwares	<b>21.251</b>	<b>21.251</b>	-	<b>21.251</b>	<b>21.251</b>
Servidões	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>21.251</b>	<b>21.251</b>	-	<b>21.251</b>	<b>21.251</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>					
<b>Transmissão</b>					
Softwares	-	4.348	-	4.348	-
Servidões	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	-	4.348	-	4.348	-
<b>Total Ativo Intangível</b>	<b>21.251</b>	<b>25.599</b>	-	<b>25.599</b>	<b>21.251</b>

- (a) Refere-se a notas fiscais de fornecedores não performados.
- (b) Durante o processo de unitização dos ativos, foi identificada a necessidade de transferência de classe de alguns itens do imobilizado para intangível.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 474 de 2012, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação (%)	
<b>Transmissão</b>	
Cabo Condutor	2,70
Torres, autoportante metálicas	2,70
Conjunto de isoladores	2,70
Reator	2,78
Disjuntor de tensão	3,03
Cabo de para raio	3,03

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	valores
1. Cabo Condutor CAL 1120 - 1030 KCMIL	70.436
2. Faixa de servidão	21.251
3. Torre, estaiada, metálica, 45 M	16.029
4. Cabo para-raio OPGW 13,4 MM	14.585
5. Conjunto e isoladores cadeia I - 120 KN	7.225
6. Conjunto de isoladores cadeia- 120 KN	7.225
7. Torre, estaiada, metálica, 40 M, superior a 5700	6.847
8. Torre, estaiada, metálica, 43 M, superior a 5700	2.995
9. Torre, estaiada, metálica, 39 M, superior a 5700	2.966
10. Torre, estaiada, metálica, 42 M, superior a 5700	2.788

Não houve adição do ativo imobilizado em curso no exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inseríveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

A composição das adições do imobilizado em curso é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ MIL	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	661	661
<b>Total das Adições</b>	<b>661</b>	<b>661</b>

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**9. Fornecedores**

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Materiais e serviços		
Terceiros	12.989	10.062
Partes relacionadas (nota 17)	64	370
	<u><b>13.053</b></u>	<u><b>10.432</b></u>

**10. Tributos a pagar**

A composição do saldo é como segue:

	<u>Ref.</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto de renda - IR		131	111
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL		87	78
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(a)	-	748
Programa de integração social - PIS		12	11
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		54	50
Imposto sobre serviços - ISS		2.523	1.760
Impostos e contribuições retidos na fonte		25	5
		<u>2.832</u>	<u>2.763</u>

(a) Refere-se ao montante de ICMS Difal apurado na compra material para finalização da construção da linha de transmissão.

**11. Provisões para Litígios**

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Companhia considera a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Companhia na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

O passivo em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

A movimentação das provisões está detalhada abaixo:

	<u>Cíveis</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2017	6.914
Baixas/reversão	(953)
Atualização	666
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>6.627</u>
Adições	2.842
Baixas/reversão	(29)
Atualização	939
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u><u>10.379</u></u>

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Cíveis**

Referem-se à ações de natureza fundiária e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais, danos morais entre outros cujos valores são atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m. O montante de causas cujos assessores jurídicos da Companhia classificam a expectativa de perda como possível é de R\$ 211, referente à ação indenizatória, à terceiros, por danos causados durante a instalação das redes de transmissão, cujo processo é o de número 0800276-40.2017.8.15.0541.

**(a) Depósitos judiciais**

Correlacionados às provisões e passivos contingentes, a Companhia é exigida por lei a realizar depósitos judiciais para garantir potenciais pagamentos de contingência. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e registrados no ativo não circulante da Companhia até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Cíveis	8.589	6.728
Total	<u>8.589</u>	<u>6.728</u>

**12. Dividendos**

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

<b><u>Dividendos mínimos - sobre o lucro líquido ajustado (*)</u></b>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	15.945	24.334
Aplicação inicial do CPC 48 - IFRS 9	(32)	
Reserva legal	(1.209)	(1.218)
Base de cálculo do dividendo	<u>14.769</u>	<u>23.116</u>
<b><u>Dividendos mínimos obrigatórios (25%)</u></b>	<b><u>3.676</u></b>	<b><u>5.778</u></b>
Dividendos adicionais propostos	11.093	17.338
<b>Total Bruto</b>	<b><u>14.769</u></b>	<b><u>23.116</u></b>

A movimentação dos saldos a pagar aos acionistas é como segue:

<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<u>2.834</u>
Declarados	14.280
Pagos no período	<u>(2.884)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>14.230</b>
Declarados	21.014
Pagos no período	<u>(14.280)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b><u>20.969</u></b>

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**13. Patrimônio Líquido**

**a) Capital social**

Ao longo do ano de 2018, a acionista controladora aprovou aumento de capital e de reserva de capital no total de R\$ 1.685, tendo sido subscrito e integralizado pela NC Energia S.A., em moeda corrente, o montante de R\$ 17 destinado ao capital social e R\$ 1.668 destinado à reserva de capital, adicionalmente foram feitos resgates totalizando o saldo de R\$ 12.091. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 107.006 (R\$ 106.989 em 31 de dezembro de 2017), representado por 106.980.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**b) Lucro por ação**

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	15.688	24.334
	107.00	106.98
Média ponderada das ações emitidas	6	9
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>	<b><u>0,15</u></b>	<b><u>0,23</u></b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

**c) Reserva de capital**

Refere-se à contribuição feita pelo subscritor da ação que ultrapassa o valor nominal da mesma, desta forma, o valor excedente deve ser considerado como reserva de capital.

**d) Reserva legal**

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

**e) Reserva de retenção de lucros**

A reserva de retenção de lucros é constituída para atender a projeto de investimento da companhia, conforme previsto na legislação.

**f) Reserva de lucros a realizar**

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.



**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Receita Operacional Líquida****(a) Receita operacional**

	Ref.	2018	2017
<b>Receita operacional</b>			
Receita de transmissão - Rede Básica	(a)	20.685	23.842
<b>Deduções à receita</b>			
PIS/COFINS		(867)	(870)
<b>Encargos- Parcela "A"</b>			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(225)	(265)
Taxa de fiscalização		(127)	-
		<b>19.466</b>	<b>22.707</b>

A receita de transmissão - Rede Básica é relacionada à construção, operação e manutenção sob o Contrato de Concessão nº 004/2009 - Linha de Transmissão e são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados.

**15. Custos Gerenciáveis- Parcela "B"**

Custo / Despesas	2018			2017
	Custos dos serviços	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Materialis	(124)	-	(124)	(29)
Serviços de terceiros	(2.658)	(374)	(3.032)	(1.685)
Arrendamentos e aluguéis	-	(55)	(55)	(10)
Tributos	-	-	-	(26)
Provisões Líquidas - PCLD	-	(52)	(52)	(25)
Depreciação e amortização	-	(6.287)	(6.287)	(6.288)
Outros gastos operacionais	(2.390)	-	(2.390)	(416)
Total custos / despesas	<u>(5.172)</u>	<u>(6.768)</u>	<u>(11.940)</u>	<u>(8.479)</u>

(a) Refere-se a multa regulatória aplicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) devido ao atraso da entrada prevista em operação.

**16. Resultado Financeiro**

	2018	2017
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	729	640
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	23	8
Outras receitas financeiras	381	362
<b>Total</b>	<b>1.133</b>	<b>1.010</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Atualização provisão para contingências	(939)	(666)
Outras despesas financeiras	(20)	(265)
<b>Total</b>	<b>(959)</b>	<b>(931)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>174</b>	<b>79</b>

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17. Saldos e Transações com Partes Relacionadas**

COLIGADAS	Ref.	Ativo / Passivo		Receita / (Despesa)	
		2018	2017	2018	2017
<b>Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)</b>					
COELBA	(a)	69	63	580	439
CELPE	(a)	42	41	362	275
COSERN	(a)	11	11	38	29
ITAPEBI	(a)	2	2	21	27
TERMOPERNAMBUCO	(a)	4	3	41	55
BAGUARI	(a)	1	1	4	5
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a)	3	3	9	43
COMPANHIA HIDROELÉTRICA TELES PIREES	(a)	32	37	312	454
CALANGO 1	(a)	-	-	2	2
CALANGO 2	(a)	-	-	1	2
CALANGO 3	(a)	-	-	1	2
CALANGO 4	(a)	-	-	1	2
CALANGO 5	(a)	-	-	1	2
CALANGO 6	(a)	-	-	2	-
CAETITÉ 1	(a)	-	-	1	2
CAETITE 2	(a)	-	-	1	2
CAETITÉ 3	(a)	-	-	1	2
SANTANA 1	(a)	-	-	1	-
SANTANA 2	(a)	-	-	1	-
ELEKTRO REDES	(a)	51	43	465	175
		<b>215</b>	<b>204</b>	<b>1.845</b>	<b>1.518</b>
<b>Serviços administrativos</b>					
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUENTAÇÃO S/A	(b)	(64)	(370)	(755)	(370)
		(64)	(370)	(755)	(370)
<b>Dividendos e JSCP</b>					
NC ENERGIA S/A	(c)	(21.054)	(14.230)	-	-
		(21.054)	(14.230)	-	-
<b>TOTAL</b>		<b>(20.903)</b>	<b>(14.396)</b>	<b>1.090</b>	<b>1.148</b>

(a) Referem-se aos Contratos de Conexão ao sistema de transmissão.

(b) Refere-se ao contrato de operação e manutenção.

(c) Refere-se aos dividendos a pagar.

**a. Remuneração da administração**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**18. Gestão de risco financeiro**

**a) Considerações gerais e políticas**

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos relacionados.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

**b) Gestão de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

**c) Gestão de risco de mercado**

Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que impactem as despesas financeiras relativas ao rendimento das aplicações financeiras.

Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

**d) Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 11.119 (R\$ 20.770 em 31 de dezembro de 2017) em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2019
<b>Passivos financeiros não derivativos</b>			
Fornecedores	13.053	13.053	13.053

**e) Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao descumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito junto a contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Para as operações oriundas da atividade de transmissão, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2018	2017
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	11.141	20.791
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		
Contas a receber de clientes	1.913	2.429
Concessão do serviço público - Recebíveis transmissoras	293.526	266.802
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		
Concessão do serviço público - Indenização	-	5.020

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**f) Análise de sensibilidade**

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/Nacional)	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	6,4%	11.075	709	(177)	(354)

**g) Estimativa a Valor justo**

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Nível	2018		2017	
		Contábil I	Valor Justo	Contábil I	Valor Justo
<b>Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Empréstimos e recebíveis</b>		<b>1.913</b>	<b>1.913</b>	<b>269.231</b>	<b>269.231</b>
Contas a receber de clientes	2	1.913	1.913	2.429	2.429
Concessão do serviço público - Recebíveis transmissoras	3	-	-	266.802	266.802
<b>Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</b>		<b>11.141</b>	<b>11.141</b>	<b>25.811</b>	<b>25.811</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	11.141	11.141	20.791	20.791
Concessão do serviço público - Indenização	3	-	-	5.020	5.020
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.020</b>	<b>5.020</b>
Concessão do serviço público - Indenização	3	-	-	5.020	5.020
<b>Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)</b>					
<b>Mensurado pelo custo amortizado</b>		<b>13.053</b>	<b>13.053</b>	<b>10.432</b>	<b>10.432</b>
Fornecedores	2	13.053	13.053	10.432	10.432

O nível de mensuração de cada instrumento financeiro respeita a seguinte hierarquia de valor justo:

Nível 1 para preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia;

Nível 2 para informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível anterior; e

Nível 3 para dados não observáveis para o instrumento em questão.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, o Grupo entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

Para os passivos financeiros (empréstimos) classificados como mensurados a valor justo, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação.

**19. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário**

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis adotadas no Brasil para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador e apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações contábeis apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>						
<b>Ativo circulante</b>	<b>14.080</b>	<b>22.463</b>	<b>36.543</b>	<b>23.992</b>	<b>24.525</b>	<b>48.517</b>
Caixa e equivalentes de caixa	11.141	-	11.141	20.791	-	20.791
Concessionárias e permissionárias	1.946	(33)	1.913	2.429	-	2.429
Tributos compensáveis	777	-	777	772	-	772
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	-	-	24.525	24.525
Ativo contratual	19.1	-	22.496	-	-	-
Outros ativos circulantes	216	-	216	-	-	-
<b>Ativo não circulante</b>	<b>243.496</b>	<b>36.492</b>	<b>279.988</b>	<b>243.011</b>	<b>11.383</b>	<b>254.394</b>
Depósitos judiciais e cauções	8.589	-	8.589	6.728	-	6.728
Tributos compensáveis	369	-	369	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	19.1	-	271.030	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	19.1	-	-	-	247.297	247.297
Investimentos temporários	-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-	-	369	-	369
Imobilizado	19.2	208.939	(208.939)	214.663	(214.663)	-

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
Intangível	19.2	25.599	(25.599)	-	21.251	(21.251)	-
<b>Total do ativo</b>		<b>257.576</b>	<b>58.955</b>	<b>316.531</b>	<b>267.003</b>	<b>35.908</b>	<b>302.911</b>
<b>Passivo</b>							
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores		13.053	-	13.053	10.432	-	10.432
Tributos a pagar		2.832	-	2.832	2.763	-	2.763
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		20.964	-	20.964	14.230	-	14.230
Encargos setoriais		33	-	33	-	-	-
Outros passivos circulantes		120	-	120	127	-	127
<b>Passivo não circulante</b>		<b>10.674</b>	<b>9.040</b>	<b>19.714</b>	<b>6.771</b>	<b>1.547</b>	<b>8.318</b>
Provisão para litígios		10.379	-	10.379	6.627	-	6.627
Encargos setoriais		209	-	209	110	-	110
Tributos diferidos		-	9.041	9.041	-	1.547	1.547
Outros passivos não circulantes		86	(1)	85	34	-	34
<b>Total do passivo</b>		<b>47.675</b>	<b>9.040</b>	<b>56.716</b>	<b>34.323</b>	<b>1.547</b>	<b>35.870</b>
<b>Patrimônio líquido</b>							
Capital social		107.006	-	107.006	106.989	-	106.989
Reservas de capital		115.586	-	115.586	126.009	-	126.009
Reservas de lucros		37.223	-	37.223	16.705	-	16.705
Lucros (prejuízos) Acumulados	19.5	(49.914)	49.914	-	(34.361)	34.361	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	17.338	-	17.338
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>209.901</b>	<b>49.914</b>	<b>259.815</b>	<b>232.680</b>	<b>34.361</b>	<b>267.041</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>257.576</b>	<b>58.955</b>	<b>316.531</b>	<b>267.003</b>	<b>35.908</b>	<b>302.911</b>

  

	Notas	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações em continuidade</b>							
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>20.685</b>	<b>6.117</b>	<b>26.802</b>	<b>23.842</b>	<b>6.067</b>	<b>29.909</b>
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		20.685	6.117	26.802	23.842	(20.617)	3.225
Outras receitas vinculadas	19.3.3	-	-	-	-	26.217	26.217
Receita de Construção	19.3.2	-	-	-	-	467	467
<b>Tributos</b>		<b>(867)</b>	<b>-</b>	<b>(867)</b>	<b>(870)</b>	<b>-</b>	<b>(870)</b>
PIS		(154)	-	(154)	(155)	-	(155)
Cofins		(713)	-	(713)	(715)	-	(715)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(352)</b>	<b>-</b>	<b>(352)</b>	<b>(265)</b>	<b>-</b>	<b>(265)</b>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(225)	-	(225)	(265)	-	(265)
Taxa de fiscalização		(127)	-	(127)	-	-	-
<b>Receita líquida</b>		<b>19.466</b>	<b>6.117</b>	<b>25.583</b>	<b>22.707</b>	<b>6.067</b>	<b>28.774</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>							
Custo de Construção	19.3.2	-	-	-	-	(467)	(467)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>19.466</b>	<b>6.117</b>	<b>25.583</b>	<b>22.707</b>	<b>5.600</b>	<b>28.307</b>

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos  
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Notas	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>						
	<b>(9.905)</b>	<b>1.375</b>	<b>(8.530)</b>	<b>(8.479)</b>	<b>6.288</b>	<b>(2.191)</b>
Material	(124)	-	(124)	(29)	-	(29)
Serviços de terceiros	(3.033)	-	(3.033)	(1.685)	-	(1.685)
Arrendamento e aluguéis	(55)	-	(55)	(10)	-	(10)
Provisões líquidas - PCLD	(116)	-	(116)	(25)	-	(25)
Provisões Líquidas - contingências		(2.813)	(2.813)	-	-	-
Multas regulatórias	(38)	-	(38)	-	-	-
Tributos	-	-	-	(26)	-	(26)
Depreciação e amortização	(6.287)	6.287		(6.288)	6.288	-
Outras despesas operacionais	(252)	(2.099)	(2.351)	(416)	-	(416)
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>9.561</b>	<b>7.492</b>	<b>17.053</b>	<b>14.228</b>	<b>11.888</b>	<b>26.116</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>174</b>	<b>-</b>	<b>174</b>	<b>79</b>	<b>-</b>	<b>79</b>
Despesas financeiras	(959)	-	(959)	(931)	-	(931)
Receitas financeiras	1.133	-	1.133	1.010	-	1.010
<b>Lucro antes dos impostos sobre o lucro</b>	<b>9.735</b>	<b>7.492</b>	<b>17.227</b>	<b>14.307</b>	<b>11.888</b>	<b>26.195</b>
Despesa com impostos sobre os lucros	(1.094)	(188)	(1.282)	(1.054)	(808)	(1.862)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>8.641</b>	<b>7.304</b>	<b>15.945</b>	<b>13.253</b>	<b>11.080</b>	<b>24.333</b>
<b>Lucro por ação</b>						

### 19.1 Ativos Contratuais da Concessão

As diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 - Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

### 19.2 Imobilizado e intangível

Os ajustes são decorrentes das diferenças identificadas entre o ativo imobilizado societário e regulatório são decorrentes da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Os contratos de transmissão determinam quais os serviços e quem serão os usuários (geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores). O concessionário é remunerada através da chamada RAP - Receita anual permitida, que já é definida no contrato, assim o preço não tem relação com a utilização e, sim com a disponibilização da infraestrutura. O modelo a ser utilizado para os contratos de concessão de transmissão nas demonstrações contábeis societárias é o reconhecimento de apenas o ativo financeiro, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a RAP, remuneração desta já definida no contrato. Um dos pontos essenciais para tal conclusão vem da ausência de risco de demanda. Mesmo os fluxos de caixa vindo dos usuários (TUST) e não do poder concedente, não altera o direito incondicional de receber um valor determinável, o método de pagamento é apenas



## Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

uma questão de formalidade. O ativo intangível não é reconhecido, pois a concessionária não tem direito de cobrar pelo uso da infraestrutura, e sim, é remunerada pela disponibilização da infraestrutura. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado substituído pelo ativo financeiro.

### 19.2.1 Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina Resolução ANEEL nº. 367/2009. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e art. 9º da Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009.

Os ajustes são decorrentes das formas de reconhecimento nos saldos societários pela aplicação do ICPC 01 como Ativo Financeiro e regulatório pela Resolução Normativa ANEEL nº 396, como Ativo Imobilizado.

### 19.3 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC01)

Os ajustes são decorrentes da capitalização de gastos como ativos com aderência às disposições contidas no CPC 27, que estabelece os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado.

#### 19.3.1 Ativo financeiro

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado foi classificado como ativo financeiro da concessão.

#### 19.3.2 Receita e custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo financeiro em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

#### 19.3.3 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. A partir da adoção desse procedimento a Companhia contabiliza a parcela referente a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**19.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Saldos no início do exercício	259.815	267.041
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(49.914)</b>	<b>(34.361)</b>
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(271.823)	(271.823)
Adoção inicial e IFRS 15	(15.586)	-
Ativo contratual	(1.205)	-
Reavaliação regulatória compulsória	242.202	242.202
Adoção inicial PCLD e IFRS 9	32	-
Realização da reserva de reavaliação regulatória compulsória	(12.575)	(6.288)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	9.041	1.548
Saldos no fim do exercício	<b>209.901</b>	<b>232.680</b>

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Os ajustes são decorrentes de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão.

O valor reconhecido do ativo financeiro, suas estimativas de fluxos de caixas futuros e taxas efetivas de juros, são revisados anualmente, a cada data base de reajuste anual pelo IGPM.

**19.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido conforme contabilidade societária	15.945	24.333
<b>Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória</b>	<b>(7.304)</b>	<b>(11.080)</b>
Reversão da atualização do ativo contratual da concessão (ICPC 01)	(6.117)	(11.888)
Reversão da depreciação	(6.287)	-
Reversão da baixa do ativo contratual (CPC 47)	4.912	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	188	808
<b>Lucro líquido regulatório</b>	<b>8.641</b>	<b>13.253</b>

Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - o efeito é decorrente de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão na contabilidade societária. Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. A partir da adoção desse procedimento o ativo imobilizado classificado como ativo financeiro da concessão.

**Potiguar Sul Transmissão de Energia S.A**

CNPJ 17.873.542/0001-71

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**20. Seguros**

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>	<u>Prêmio</u>
Responsabilidade Civil Geral - Operações	30.11.18 a 31.05.20	100.000	44
Risco Operacional - Subestações e Usinas	30.11.18 a 31.05.19	192.813	70